



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

O Vereador **RICARDO TEIXEIRA**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de leis apresenta a seguinte proposição:

## PROJETO DE LEI 216, DE 2024

**“Dispõe sobre o fornecimento gratuito de medicamentos de uso contínuo não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no município de Araucária**

**Art. 1º** Fica assegurado aos munícipes de Araucária o direito de acesso gratuito aos medicamentos de uso contínuo que não estejam incluídos na lista de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde que sejam indispensáveis para a reabilitação e recuperação de sua saúde.

**Art. 2º** O fornecimento dos medicamentos de que trata o Art. 1º deverá ser feito mediante a apresentação de:

I – prescrição médica emitida por profissional habilitado da rede pública ou privada de saúde, indicando a necessidade do uso contínuo;

II – relatório médico detalhando a necessidade do medicamento para garantir a continuidade do tratamento, reabilitação ou recuperação da saúde do paciente.

**Art. 3º** A Secretaria Municipal de Saúde de Araucária será responsável por:

I – analisar e aprovar os pedidos de fornecimento dos medicamentos, conforme as normas estabelecidas nesta Lei;

II – adquirir os medicamentos necessários, quando devidamente aprovados, e garantir sua entrega gratuita aos pacientes;

III – manter um cadastro atualizado dos beneficiários, assegurando o controle e o acompanhamento do uso dos medicamentos fornecidos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

**Art. 4º** O fornecimento dos medicamentos será garantido para pacientes que comprovarem residência no município de Araucária e que não tenham condições financeiras de adquirir o medicamento prescrito por meios próprios.

**Art. 5º** O município poderá firmar parcerias e convênios com farmácias, laboratórios, instituições de saúde e outros órgãos públicos para assegurar a oferta regular dos medicamentos de uso contínuo aos munícipes.

**Art. 6º** Os recursos necessários para o cumprimento desta Lei poderão ser provenientes do orçamento municipal, de repasses estaduais ou federais, bem como de parcerias com a iniciativa privada e organizações não governamentais.

**Art. 7º** Esta Lei tem como amparo legal o Artigo 15, Parágrafo 2º, da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), que garante o direito à gratuidade dos medicamentos necessários para a recuperação da saúde, especialmente os de uso continuado.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 07 de novembro de 2024.

**RICARDO TEIXEIRA**  
Vereador





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

## JUSTIFICATIVA

O vereador **RICARDO TEIXEIRA**, com assento nesta Casa Legislativa, vem apresentar para deliberação plenária o presente Projeto de Lei que visa assegurar aos munícipes de Araucária o direito de acesso gratuito a medicamentos de uso contínuo que não são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas que são essenciais para a reabilitação e recuperação da saúde de pacientes com doenças crônicas e necessidades específicas. Esta iniciativa encontra respaldo em várias normas jurídicas e constitucionais que asseguram o direito à saúde e à vida digna.

A Constituição Federal, em seu Artigo 196, determina que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". O fornecimento de medicamentos de uso contínuo para os cidadãos de Araucária está diretamente alinhado a essa obrigação constitucional, assegurando que todos tenham acesso aos tratamentos necessários, independentemente de sua condição financeira.

O Artigo 15, Parágrafo 2º do Estatuto do Idoso reforça a obrigatoriedade do poder público em fornecer, gratuitamente, medicamentos necessários, especialmente os de uso continuado, como parte da política de atendimento integral à saúde da pessoa idosa. Embora o Estatuto se refira especificamente aos idosos, seu princípio de garantir o acesso a tratamentos de saúde fundamental deve ser estendido a todos que necessitam de medicamentos de uso contínuo.

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), em seu Artigo 5º, prevê que, na aplicação da norma, devem ser considerados os fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum. A garantia de medicamentos de uso contínuo à população é uma medida que atende diretamente ao bem comum, ao buscar a preservação da vida e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

O direito à saúde está diretamente relacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana, garantido pelo Artigo 1º, inciso III da Constituição Federal. A dignidade da pessoa humana é base para a atuação do poder público na proteção da vida, saúde e bem-estar social dos cidadãos, o que inclui a garantia de acesso a tratamentos e medicamentos.

Para viabilizar a execução deste Projeto de Lei, o município de Araucária poderá realizar convênios e parcerias com farmácias, laboratórios, instituições de saúde, bem como com outras esferas governamentais (municipais, estaduais e federais) e entidades privadas. Esses acordos permitirão o fornecimento regular e eficaz dos medicamentos, garantindo que os munícipes possam continuar seus tratamentos de forma adequada e sem interrupções. Esses convênios estão amparados pela legislação que regulamenta as parcerias entre entes públicos e privados para a prestação de serviços públicos, como previsto na Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações) e na Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil).

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a **APROVAÇÃO** deste projeto de lei.

Câmara Municipal de Araucária, 07 de novembro de 2024.

**RICARDO TEIXEIRA**

**Vereador**